



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

POLÍTICAS DE CONTROLE DO ABANDONO ESCOLAR NO AMAZONAS

VICTORIA KATARINA CARDOSO LIMA¹

RESUMO

Este relato analisa as práticas e desafios enfrentados no controle do abandono escolar no Amazonas, com foco nas políticas implementadas pela Seduc-AM, como os programas Permanecer e Busca Ativa. A partir da perspectiva de uma assistente social, são abordadas as dinâmicas institucionais e as questões de gênero que influenciam a permanência de estudantes nas escolas estaduais.

Palavras-chave: Abandono Escolar, Amazonas, Políticas Públicas, Gênero, Serviço Social.

ABSTRACT

This report analyzes the practices and challenges faced in controlling school dropout in Amazonas, focusing on the policies implemented by Seduc-AM, such as the Permanecer and Busca Ativa programs. From a social worker's perspective, it addresses institutional dynamics and gender issues that influence student retention in state schools.

Keywords: School Dropout, Amazonas, Public Policies, Gender, Social Work.

Introdução

No contexto deste relato, abandono escolar é entendido como a situação em que estudantes deixam de frequentar a escola, podendo retornar nos meses ou anos seguintes. Comumente evasão e abandono escolar são lidos como a mesma coisa. Contudo, o termo evasão pode acabar sugerindo uma visão de que a estudante simplesmente deixou a escola e não tem

¹ Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais interesse em retornar. Em vez disso, acredito que diversos fatores contribuem para que uma aluna abandone a escola, e por isso prefiro utilizar o termo abandono escolar. No Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM) os dados sinalizam a situação do aluno em abandono escolar como “deixou de frequentar”.

O abandono escolar é uma realidade persistente nos espaços pedagógicos brasileiros, e essa temática tem sido abordada em estudos nacionais que buscam identificar as principais causas que levam alunos e alunas a interromperem sua trajetória escolar. Apesar das políticas educacionais implementadas nas últimas décadas, que ampliaram o acesso à educação, os índices de repetência, abandono, defasagem idade-série e baixo aprendizado permanecem alarmantes.

O relatório nacional “Por Ser Menina 2021”, realizado pela Plan International, uma organização não governamental que trabalha em prol dos direitos das crianças e da igualdade para as meninas, destaca que o Amazonas é o estado brasileiro com o maior percentual de interrupção escolar (32,8%), quase o dobro da média nacional (18,2%) registrada pelo IBGE em 2019. Entre meninas e jovens mulheres, a gravidez precoce é apontada como uma das principais razões para o abandono escolar, sendo o Amazonas o estado com o maior índice (8,2%) de meninas que deixaram os estudos por esse motivo. Além disso, as normas de gênero reforçam desigualdades e dificultam o pleno desenvolvimento de meninas e jovens mulheres, que ainda realizam mais trabalhos domésticos que os meninos e rapazes, tendo menos tempo para os estudos e atividades de lazer.

No Amazonas, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-AM) vem implementando políticas para mitigar esse problema, com destaque para projetos como o Permanecer e o Busca Ativa. Este relato de experiência tem como objetivo analisar as práticas e os desafios enfrentados pela Seduc-AM na gestão dessas políticas, com um olhar específico sobre as questões de gênero e suas implicações no abandono escolar.

Para a construção deste relato, foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma assistente social da Seduc-AM. A escolha da interlocutora se deu pela relevância de sua função no sistema de controle e abandono da Secretaria, sendo fundamental para entender os desafios da política educacional no estado do Amazonas.

A entrevista, conduzida de forma remota, explorou as práticas cotidianas da assistente social, suas percepções sobre as barreiras enfrentadas na implementação das políticas e as dinâmicas de poder e gênero presentes no espaço escolar. Além disso, a observação participante,

realizada a partir de experiências e do cotidiano da própria autora, complementou a coleta de dados ao proporcionar um olhar direto sobre as ações da Seduc-AM e o impacto dessas políticas na vida escolar das jovens.

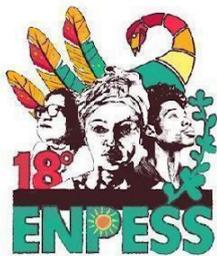
Essa metodologia permitiu a construção de um relato que não apenas documenta as políticas da Seduc-AM, mas também oferece uma análise crítica baseada na experiência vivida pela assistente social. Ao integrar dados qualitativos da entrevista e da observação, busca-se evidenciar como as políticas de controle de abandono escolar dialogam (ou falham em dialogar) com as realidades dos estudantes, especialmente quando se trata de questões de gênero.

O sistema de controle de abandono escolar da Seduc-AM: Contexto e Descrição das Políticas

A Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM) é responsável pela formulação, coordenação e execução da política educacional do Estado, incluindo o ensino fundamental e médio. Sua estrutura organizacional é liderada pela Secretária de Estado da Educação, auxiliada por um pessoa que atua como Secretário Executivo e quatro que atuam como Secretários Executivos Adjuntos.

A Seduc é composta por órgãos de apoio, como Gabinete e Conselhos diversos, e por órgãos de atividades-meio, como os departamentos de Logística, Infraestrutura, Planejamento e Gestão Financeira, e Gestão de Pessoas. Os órgãos de atividades-fim incluem a Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica, o Departamento de Políticas e Programas Educacionais e o Departamento de Gestão Escolar. Esses diferentes órgãos e departamentos da Seduc trabalham juntos para coordenar, supervisionar e implementar a educação no Amazonas, tanto na capital quanto no interior.

O Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) é uma unidade subordinada ao Gabinete da Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica (SEAP/SEDUC). O DEPPE coordena a definição, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de educação básica, além de produzir estudos e pesquisas para apoiar projetos e programas educacionais. Ele busca inovar e adaptar abordagens pedagógicas, criando um currículo crítico em conformidade com as diretrizes nacionais e estaduais. O departamento também tem a responsabilidade de planejar, orientar e supervisionar políticas para ensino fundamental, ensino médio, alfabetização, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação quilombola e outros setores.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste contexto, antes mesmo da pandemia de Covid-19, a Seduc-AM realiza projetos para lidar com a evasão e o abandono escolar. Dentre eles está o projeto Permanecer. Conforme dados disponibilizados pela Seduc-AM, via ofício². O Projeto Permanecer foi criado em 2016 pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas, com o objetivo de promover a redução do abandono escolar nas escolas estaduais por meio do fortalecimento da gestão escolar e do desenvolvimento de ações interdisciplinares. A iniciativa tinha como meta ser implantada em 100% das escolas da rede pública estadual, sendo inicialmente denominada “Projeto Permanecer: uma visão interdisciplinar da escola”. Em 2017, o projeto estabeleceu a meta de reduzir o abandono escolar em 1% ao ano até 2020.

Em 2018, o projeto foi atualizado e passou a se chamar “Projeto Permanecer: Prevenção e Redução do Abandono Escolar”, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96) e direcionado ao atendimento das Metas 2 e 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Estadual de Educação (PEE)³. O projeto foi vinculado ao Programa Busca Ativa do Escolar (PBAE), com o intuito de prevenir e reduzir a infrequência e o abandono escolar na rede estadual, por meio do desenvolvimento de ações interdisciplinares nas escolas.

O público-alvo do Projeto Permanecer são alunos com baixa frequência, matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas estaduais, tanto na capital quanto no interior do Amazonas. No entanto, em 2020 e 2021, devido à pandemia da Covid-19, que resultou na paralisação das atividades presenciais e na adoção de aulas remotas, as ações do Projeto Permanecer também foram suspensas.

Com a emergência da pandemia e o risco crescente de abandono escolar, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto criou em 2020 o Programa Busca Ativa do Escolar (PBAE). Este programa fez parte do Plano de Retorno às Aulas Presenciais para 2020, e seu desenho foi fundamentado na necessidade de identificar e resgatar estudantes que não estavam participando das aulas remotas do Projeto Aula em Casa ou que não haviam estabelecido contato com a

² Vale ressaltar que nenhum dos dados específicos fornecidos pela Seduc-AM para esta pesquisa são públicos, não sendo possível encontrá-los no site da Secretaria, redes sociais ou outras plataformas. Daí a necessidade de solicitá-los pessoalmente ou via ofício.

³ O PNE e o PEE são compostos por metas e estratégias assentadas em diagnóstico da realidade educacional do Brasil e, especificamente, do Amazonas, a serem implementadas na Educação Básica, nos seus distintos níveis e modalidades de ensino. As Metas 2 e 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) focam na universalização da educação básica e no aumento da conclusão das etapas escolares no Brasil. A Meta 2 busca garantir que todas as crianças de 6 a 14 anos estejam matriculadas no ensino fundamental e que a maioria conclua essa etapa na idade adequada. Já a Meta 3 visa assegurar que todos os adolescentes de 15 a 17 anos estejam na escola e elevar a taxa de matrículas no ensino médio para 85% até o final da vigência do PNE. Essas metas destacam o compromisso com a inclusão educacional e a redução das desigualdades no acesso e na conclusão do ensino.

escola, seja por meio do recebimento de material impresso ou pelo uso de aplicativos de mensagens.

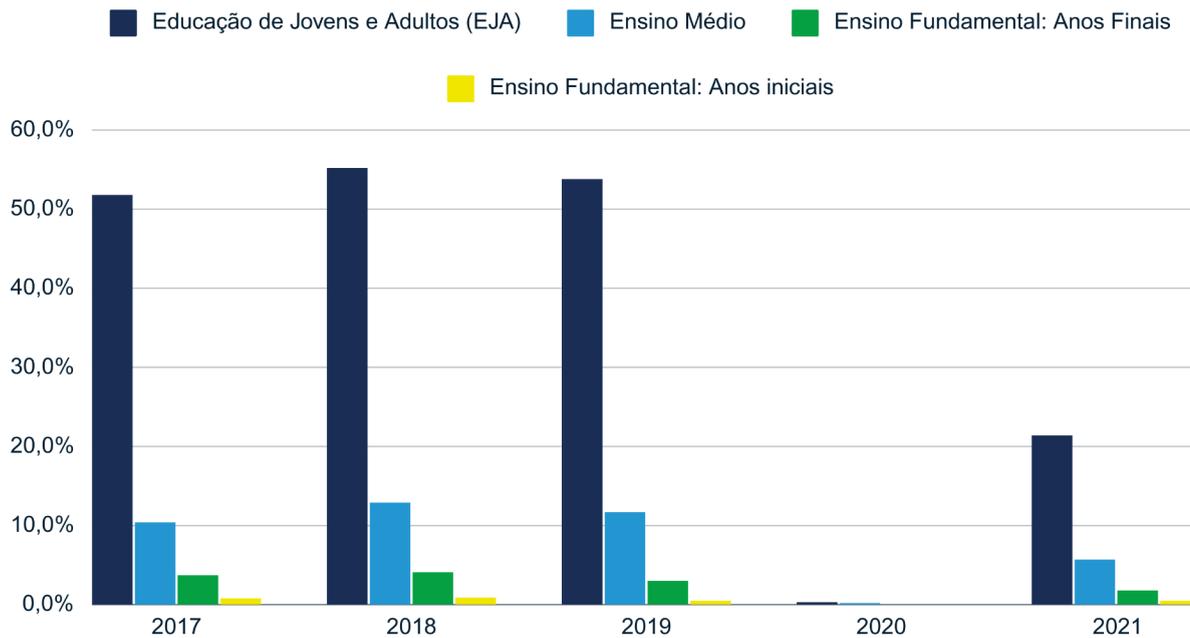


Figura: Gráfico da série histórica das taxas de abandono escolar na rede estadual em Manaus/AM, segundo modalidade/etapa de ensino - 2017 a 2021. Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações cedidas pela Gerência de Pesquisa e Estatística (Gepes/Seduc-AM), em 2022.

Estes dados revelam tendências preocupantes no abandono escolar em Manaus, com destaque para o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O ensino médio concentra as maiores taxas de abandono escolar no ensino regular. Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, a Seduc-AM adotou a aprovação automática de todos os alunos, o que resultou numa drástica redução da taxa de abandono para 0,2%. No entanto, em 2021, as taxas voltaram a subir para 5,7%, sugerindo que a pandemia mascarou temporariamente os dados.

Além disso, as taxas de abandono escolar na EJA são alarmantemente altas, com mais da metade dos estudantes abandonando os estudos entre 2017 e 2019, refletindo uma profunda dificuldade em manter esses alunos engajados. Em 2020, houve uma queda significativa para 0,3%, novamente devido à aprovação automática dos alunos durante a pandemia, mas, em 2021, a taxa de abandono subiu para 21,4%, ainda muito alta em comparação com o ensino regular.

Esses números indicam que a EJA enfrenta desafios específicos, daí os esforços em investigar este tema.

Também conforme dados cedidos pela Secretaria, em termos de resultados, em 2020, o PBAE atuou exclusivamente nas escolas de Manaus, onde foram mapeados 21.432 estudantes em situação de potencial abandono escolar. Ainda segundo a Seduc-AM, desses, 75% retornaram às atividades, graças ao monitoramento realizado pelos assessores de Busca Ativa das Coordenadorias Distritais de Educação, que utilizaram uma planilha padronizada como instrumento de monitoramento. Além disso, informaram que foram realizadas inúmeras ligações telefônicas aos alunos infrequentes e 186 visitas domiciliares, estas últimas concentradas nos meses de outubro e novembro devido às restrições impostas pelo decreto governamental para o período pandêmico.

Para conter a propagação do novo coronavírus (Covid-19) no Amazonas, o Ano Letivo de 2021 das redes estadual e municipal começou com a aplicação do Aula em Casa. Lançado em 2020 e compartilhado com 12 estados brasileiros, o projeto consistiu em transmitir vídeo-aulas pela televisão aberta e pela internet. O objetivo era manter a continuidade das atividades escolares, garantindo a educação e preservando a saúde de toda a comunidade escolar.

De acordo com as informações disponibilizadas, em 2021, o PBAE expandiu suas atividades para as escolas do interior do estado, mapeando aproximadamente 150 mil alunos em situação de potencial abandono escolar. Desse total, 66.109 estavam na capital e 84.011 no interior. Ainda, segundo a Secretaria, o retorno efetivo foi de 72% dos estudantes na capital e 52,4% no interior, considerando aqueles que retornaram presencialmente às aulas. No ano de 2022, o PBAE acompanhou 86.990 alunos infrequentes nas escolas da capital, dos quais 80.315 teriam retornado efetivamente às aulas, resultando em um índice de retorno de 92,3% e uma taxa de abandono escolar de 7,7%, o que corresponde a 6.676 estudantes.

A Seduc-AM destacou particularmente a situação da Coordenadoria Distrital de Educação 5, que abrange a Zona Leste de Manaus. Em 2022, foram matriculados 32.932 alunos nessa coordenadoria, dos quais 15.789 foram acompanhados de perto pelo programa. Desses, 14.373 retornaram efetivamente às aulas, resultando em um índice de retorno de 91,03%. No entanto, 8,97% dos alunos acompanhados, ou seja, 1.416 estudantes, não concluíram o ano letivo, o que reflete os desafios enfrentados por essa região específica no combate ao abandono escolar.

Parcerias com o Conselho Tutelar e outras instituições externas ajudam a oferecer atendimento psicossocial a alunos em situação de infrequência e a seus responsáveis legais, bem

como a organizar palestras educativas para prevenir o abandono escolar. O projeto também promove a “Semana de Mobilização da Comunidade Escolar para a Prevenção ao Abandono Escolar” e videoconferências para as escolas dos municípios do Amazonas via Centro de Mídias. Informações coletadas do site oficial da Seduc apontam que, para alcançar os alunos e suas famílias, o projeto realiza palestras que destacam a importância do acesso, permanência e bom desempenho na escola, além dos prejuízos causados pelo abandono escolar. Uma equipe de busca ativa, composta por psicólogos, assistentes sociais e a equipe do GPPC, trabalha junto às escolas para acompanhar ações destinadas a reduzir o abandono escolar.

Além desses programas e projetos citados até agora como Busca Ativa, Permanecer, e Aula em Casa, destaco ainda o “Passe Livre” como parte das iniciativas para prevenir e combater o abandono escolar. O objetivo do programa é facilitar o deslocamento dos estudantes entre suas residências e as instituições de ensino, promovendo a permanência escolar e contribuindo para a redução do abandono. O benefício é mantido com recursos do Governo do Amazonas e contrapartida municipal, e foi assinado, pela primeira vez, em dezembro de 2021.

Ao beneficiar diretamente os estudantes, o Passe Livre também impacta positivamente as famílias, aliviando os custos com transporte e incentivando a continuidade dos estudos, especialmente em regiões onde o acesso ao transporte é limitado. Essa política assegura transporte gratuito para estudantes da rede municipal e estadual de ensino que residem a mais de um quilômetro da escola, com um limite de 44 passagens mensais. Para distâncias menores que um quilômetro entre a residência e a escola, os estudantes têm direito à meia passagem estudantil, que atualmente está no valor de R\$1,50 desde 2015, às custas de muita pressão popular na cidade.

Outra iniciativa que vale nota é o programa Pé-de-Meia, do Governo Federal, que visa incentivar a permanência e conclusão do ensino médio para estudantes de escolas públicas que são beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Funciona como uma poupança, oferecendo aos alunos um incentivo mensal de R\$200,00, além de um valor adicional de R\$1.000,00 ao final de cada ano letivo, a ser retirado apenas após a formatura. Há previsões de que em 2024, o Programa Pé-de-Meia passará a beneficiar alunos da EJA com idades entre 19 e 24 anos, ampliando seu alcance e oferecendo uma oportunidade importante para esse grupo frequentemente negligenciado em políticas de incentivo educacional. No entanto, atualmente o benefício inicial do Programa ainda não inclui os alunos da EJA.

As redes ofertantes do ensino médio (federais, estaduais, distrital ou municipais) são responsáveis por captar e informar os dados dos estudantes ao Ministério da Educação (MEC), por meio de sistema informatizado. Com base neles, o MEC define o público contemplado e acompanha e verifica o cumprimento dos requisitos para fins de pagamento dos incentivos. As folhas de pagamento são enviadas à Caixa Econômica Federal, responsável pela abertura das contas e pelos pagamentos, que são consultados pelos beneficiários por meio do aplicativo Jornada do Estudante.

Por fim, é igualmente digno de nota que o Programa Bolsa Família, do Governo Federal, atrela o benefício à frequência escolar. O Bolsa transfere renda diretamente a famílias pobres e em extrema pobreza. O MEC monitora a frequência escolar dos alunos com idade entre 6 e 17 anos cujas famílias recebem o benefício. O pagamento está condicionado à presença mínima mensal de 85% nas aulas dos alunos de 6 a 15 anos e de 75% dos adolescentes entre 16 e 17 anos.

“Hoje é assim, gestão de política pública é coisa de mulher também”

Ao longo do mês de junho de 2024 tive a oportunidade de entrevistar uma assistente social, profissional da educação na Seduc-AM. Essas conversas se deram a partir de relações que eu já tinha ou que estabeleci através de pessoas conhecidas. Mariana⁴ topou fazer uma conversa através de videochamada. Visto que suas demandas de trabalho eram muitas e urgentes, tinha dificuldade para me encontrar pessoalmente, nos ligamos numa sexta à tarde, no intervalo entre uma reunião presencial e outra que se seguiria virtualmente depois de nossa conversa. Ela estava vestida formalmente, supus que estava em seu ambiente de trabalho. Mariana tem bastante experiência na Seduc, atuando atualmente em um setor próximo da questão do abandono escolar. Expliquei minha pesquisa e algumas questões relativas à ética para Mariana, perguntei se ela gostaria de participar e se eu poderia gravar

Ela aceitou e iniciou descrevendo que logo no começo de sua carreira não possuía experiência prévia com assistência social na educação. Ela mencionou que, antes disso, já trabalhou como professora, período em que sentia uma grande angústia ao observar como questões sociais impactavam diretamente a concentração e a aprendizagem dos alunos, o que a motivou a entrar no serviço social. A assistente social relatou que, ao ingressar na secretaria estadual, se deparou com situações que em sua formação havia evitado, se referindo ao tema da

⁴ Nome fictício.

saúde mental. Ela acreditava que esse tópico não seria relevante para a educação. No entanto, ao começar a trabalhar como assistente social em uma Coordenadoria Distrital de Educação (CDE) da Seduc-AM ela descobriu que o papel envolvia uma proximidade significativa com as escolas, alunos e professores.

Ela descreve como o sistema de monitoramento da evasão escolar funciona, envolvendo as coordenadorias, o Conselho Tutelar e a equipe multidisciplinar da Seduc-AM. Menciona que as CDE são responsáveis pelo monitoramento diário dos alunos com baixa frequência e que sua equipe é acionada apenas em casos “mais graves”, após outras tentativas de intervenção falharem.

E por isso, assim, eu procuro me instrumentalizar, eu não trabalho sozinha, eu estou sempre atrás da rede de apoio, da rede de saúde, da rede de assistência, a rede de saúde mental, para ter braços e pernas que eu sei que a secretaria não tem para cuidar de todas as pessoas, né?

A assistente social contou que, inicialmente, seu trabalho em CDE envolvia uma rotina prática e direta com alunos e professores, incluindo a elaboração de projetos, execução de ações, escuta e encaminhamentos. No entanto, quando foi para um setor de planejamento da Secretaria, durante a pandemia de Covid-19, a situação mudou. Com uma larga experiência em vários setores da Seduc, a profissional me explicou de forma bastante abrangente o sistema de controle de evasão e abandono escolar da Seduc-AM.

Ela me disse que após a pandemia a Secretaria precisou desenvolver um plano de ação para lidar com a saúde mental de alunos e professores e formou equipes multidisciplinares com 18 Grupos de Trabalho (GTs), incluindo um GT específico para saúde mental. Após essa fase, o GT foi transformado na Coordenação de Saúde Psicossocial, que é voltada para o atendimento dos alunos, enquanto a atenção aos servidores é gerida por uma gerência separada.

A Coordenação, ela não olha mais só a questão de saúde mental. Ela pensa em todas as situações de vulnerabilidade que possam dificultar o acesso, a permanência e a qualidade da aprendizagem do aluno. Então, pensa em questões de bullying, preconceito, racismo, gravidez na adolescência, prevenção de todo tipo de violência, questões ambientais. Tem múltiplos olhares para cuidar desse estudante.

De acordo com a assistente social, a equipe da Coordenação de Saúde Psicossocial, composta por professores, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, realiza intervenções diretamente nas escolas para lidar com as situações mais problemáticas. Essas intervenções não se concentram apenas nos alunos, mas também na equipe gestora, famílias responsáveis e

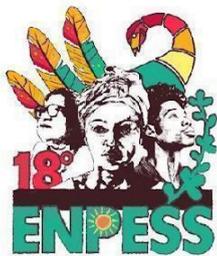
demais alunos da escola. A intervenção acontece após visitas domiciliares, contatos telefônicos e ações do Conselho Tutelar, especialmente em casos de extrema vulnerabilidade.

Essa Coordenação está inserida dentro da Gerência de Programas e Projetos, que é subdividida em quatro coordenações: programas estaduais, programas federais, saúde física (como tuberculose e outras condições) e saúde psicossocial. A Coordenação Federal é responsável pelo Programa Busca Ativa, vinculado ao MEC, que conta com uma equipe de três pessoas responsáveis pelo monitoramento da frequência escolar. Ela diz que, apesar de abranger todo o estado, a equipe é pequena, e sua função é acompanhar as planilhas enviadas pelas escolas, monitorando a infrequência e os casos de abandono escolar.

O primeiro passo para lidar com esses casos é a equipe da Busca Ativa entrar em contato com o diretor, pedagogo ou secretário da escola para confirmar a situação de infrequência, obter informações sobre o motivo e verificar as ações tomadas pela escola para reintegrar o aluno. Situações mais simples podem ser resolvidas com essa investigação inicial. No entanto, casos mais complicados, geralmente envolvendo questões de saúde mental, são encaminhados para a Coordenação de Saúde Psicossocial.

E os casos mais complicados são os que chegam nessa coordenação. Geralmente, envolve questões de saúde mental. Muitos alunos com questão de ansiedade, de depressão. A gente está vivendo agora um momento que tem muitos alunos órfãos de pai ou de mãe ou de ambos devido à questão da Covid. Então, eles acabam indo parar na casa de avós, de tios, e aí não tem continuidade. Outra situação é o feminicídio também, e isso impacta diretamente, porque uma vez que as crianças não convivem mais com a mãe, e quando elas passam por uma segunda família, conviver com outras pessoas, às vezes até em serviço de acolhimento, fica mais difícil da gente monitorar. Elas vão mudando de endereço, mudam de telefone, e a gente precisa às vezes fazer visita em loco, ficar mais próximo da escola. A gente tem algumas situações de bullying também. A questão de bullying também é bem forte. E aí chega um ponto que os alunos vão, vão, até que desistem, não conseguem mais ir. E aí a gente tem que ir atrás, por meio do Busca Ativa, e fazer todo um acolhimento para aquele aluno retornar à escola. Ou quando ele não consegue mais retornar para aquela escola, a gente tem que relocar ele numa outra escola, mas também trabalhar o acolhimento para que quando ele chegar lá não venha se repetir a situação e ele tenha mecanismos para continuar.

A assistente social destacou que essa Coordenação também lida com a questão da educação especial. Ela observou que, apesar dos esforços das famílias, as limitações decorrentes das deficiências ou transtornos podem levar à dificuldade de lidar com a situação, fazendo com



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que a escola não consiga acolher adequadamente a criança. Isso pode resultar em casos difíceis de reintegrar à escola. Por fim, também mencionou que atualmente estão enfrentando um novo desafio devido à seca e estiagem, um problema que infelizmente tem se tornado comum no Amazonas nos últimos anos. Segundo ela, a Seduc-AM está desenvolvendo ações para prevenir o abandono escolar neste contexto, pois a situação dificulta o acesso à escola e compromete necessidades básicas como água e alimentação. Estratégias estão sendo elaboradas para continuar monitorando os alunos e evitar que eles saiam da escola devido a essas dificuldades.

Mariana também me explicou que, se o Busca Ativa era uma iniciativa federal, o Projeto Permanecer surgiu a partir de uma iniciativa interna da Secretaria Estadual, baseada em sugestões dos professores e pedagogos que buscavam formas de monitorar a frequência dos alunos. Utilizando registros de frequência da escola e o que estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que exige notificação ao conselho tutelar após três faltas, foram criadas tabelas para acompanhar essas ausências. Quando um aluno acumulava três faltas, a escola tomava a iniciativa de buscar o aluno antes de encaminhar o caso ao Conselho Tutelar, tentando resolver questões mais simples internamente. Casos mais graves eram então direcionados ao Conselho.

Diversas escolas implementaram essas práticas, e algumas foram até premiadas pelo bom trabalho de mapeamento. Um exemplo que ela destacou foi de uma escola localizada no São José 4, que organizou muito bem esse monitoramento. Com o tempo, a ideia evoluiu e o Projeto Permanecer foi oficialmente criado pela Seduc, expandindo sua atuação por todo o estado.

O Projeto Permanecer opera dentro do Busca Ativa, com a mesma equipe responsável por ambos os projetos. O foco do Permanecer é preventivo, e a equipe interna reforça anualmente a importância do monitoramento das frequências para os assessores pedagógicos das Coordenadorias. Esses assessores devem informar qualquer situação anômala à equipe responsável, que então realiza o trabalho de buscar os alunos. O projeto é mais voltado para a ação local e operacionaliza o Busca Ativa, que segue as diretrizes federais.

Pedi que Mariana falasse um pouco mais sobre suas experiências em relação à pandemia de Covid-19. Quando a pandemia começou a se intensificar, Mariana observou que a equipe precisaria se adaptar e criar novas soluções. A partir de março de 2020, começaram a organizar os GTs, e ela se integrou ao GT em maio daquele ano. Na época, um dos primeiros projetos desenvolvidos foi o “Escola como Espaço de Aprendizagem Socioemocional”, com o objetivo de preparar o acolhimento dos estudantes para quando o retorno às aulas presenciais fosse possível.

Diante da prolongada ausência das aulas presenciais nas escolas, surgiu a necessidade de acolher os alunos mesmo enquanto estavam em casa, levando ao lançamento do “Aula em Casa”.

Nesse programa, foi incluído o “Programa Psicossocial”, que começou com o tema do acolhimento. A equipe abordou como acolher e apoiar os outros durante o isolamento. À medida que a situação se estendia, o programa evoluiu para incluir temas como prevenção de violências e campanhas, como o “Maio Laranja”, que tem como foco o combate ao abuso e à exploração sexual de menores. As transmissões ao vivo, que alcançavam entre 10 a 15 mil alunos, possibilitaram a interação com os alunos e a realização de denúncias via chat, o que permitiu à equipe intervir diretamente em casos de violência.

Durante a pandemia, também foram promovidas campanhas de saúde mental e atividades de acolhimento para professores. A equipe desenvolveu materiais lúdicos e informativos, como uma revista sobre adolescência, e continuou monitorando a situação das escolas e dos alunos, inclusive com a criação de um documento institucional sobre o procedimento de atenção às violências contra crianças e adolescentes, aprovado pelo Ministério Público e outros órgãos. Essa documentação ajudou a garantir que as crianças fossem acolhidas de forma adequada, sem revitimização.

Mariana ainda destacou que, além desses esforços, a Coordenação enfrentou o desafio de integrar o serviço social e a psicologia aos conteúdos pedagógicos. Houve dificuldades com alguns professores e diretores que não compreendiam o valor das propostas da equipe, considerando-as como uma possível interrupção ao planejamento escolar, em vez de contribuições para a melhoria do rendimento dos alunos.

Em seguida questionei como as questões de gênero apareciam nestas políticas de controle de evasão e abandono escolar da Seduc-AM. Ela me disse que aprecia a abordagem humanizada e prática adotada pela Coordenação de Saúde Psicossocial. Mariana me contou que a equipe se reúne regularmente para analisar dados e determinar onde devem ser feitas intervenções. Em uma dessas reuniões, por exemplo, foi identificado que a faixa etária de 10 a 14 anos é a mais propensa à infrequência escolar, o que eventualmente leva ao abandono.

Segundo ela, diversos fatores contribuem para isso, como bullying e violências. Além disso, a assistente social fala sobre a gravidez precoce como um dos fatores que contribuem para o abandono escolar entre meninas adolescentes. Ela diz que ao realizar um recorte de gênero, foi observado que as meninas são mais afetadas por essas questões do que os meninos.

Mariana me diz que a equipe tem buscado novas orientações, especialmente em relação à



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gravidez na adolescência. Diferentemente de anos atrás, quando a gravidez era vista como um motivo para a desistência escolar, agora se busca garantir que as adolescentes continuem seus estudos, implementando o planejamento escolar domiciliar e utilizando leis que asseguram o direito delas. No entanto, há desafios, como a resistência de algumas escolas em aceitar que as mães adolescentes levem seus bebês para as aulas.

Aí a gente começou a fazer recorte de gênero e aí a gente viu que o número era muito maior entre meninas do que entre meninos, quando se tratava das questões da violência, por exemplo. E tem crescido também bastante entre os meninos, mas entre as meninas, nossa, superam os números. E aí a gente tem pensado em orientações, por exemplo, a questão da gravidez na adolescência que alguns anos atrás era assim, “a menina engravidou então ela vai desistir, porque não tem mais como ela vir e ela tem que voltar no ano que vem”. Hoje a gente não pensa assim, “ah, ela engravidou, mas qual é o procedimento?”. Que ela junto ao médico, ela tem um atestado que diga que ela precisa de um mês de resguardo, dois meses de resguardo. Aí, ela apresenta na escola, então a gente entra com um planejamento escolar e domiciliar. E tem uma lei que ampara, que é o regime de exercício domiciliar também. Essa lei, sempre que nós temos reuniões com diretores, a gente tá divulgando, por mais que pareça repetitivo. Mas tem que falar que existe uma lei que respalda essas mulheres, essas meninas, e que a escola tem que buscar uma forma de acolher e de ajudar. Algumas escolas são bem complicadas, porque, por exemplo, aí depois do bebê nascer já acabou aquela licença, aquele atestado. Às vezes ela não tem com quem deixar, tem que levar o bebê pra escola. Então, tem diretores assim, que tem muita resistência, né. Tem professores que reclamam que o bebê chora, que atrapalha a aula. E aí é quando a gente entra para fazer toda uma sensibilização e fazer os acordos internos, porque não existe uma lei que proíba a menina ou a mulher de levar o filho para a escola, para a faculdade. Então, não existe uma lei nesse sentido. Pelo contrário, existe lei que protege o direito dela e protege principalmente o direito da criança à convivência familiar.

Além disso, a equipe também realiza orientações sobre responsabilidades, vacinação, documentação e prevenção à gravidez, aproveitando esses momentos para sensibilizar e educar tanto a mãe adolescente quanto os demais alunos sobre a importância do planejamento familiar e da reprodução sexual consciente. Quando esses casos chegam à equipe, o objetivo é sempre fornecer um suporte abrangente e acolhedor.

Com a conversa se encaminhando para o fim, Mariana destaca dois pontos importantes relacionados à sua atuação. “Teve escolas que foram fechadas no turno noturno, porque não tinha como fazer turma de ensino médio”. Ela explica que antes do Passe Livre os custos associados ao transporte foram fatores que contribuíram para a baixa frequência escolar, resultando no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fechamento de turmas noturnas em escolas do centro. Também menciona o impacto do programa Pé de Meia, do governo federal, alvo de grandes expectativas em relação à redução dos índices de abandono escolar.

Ela também relata a dificuldade inicial em implementar abordagens mais sensíveis e profundas para entender as causas da infrequência e do abandono escolar.

Um outro ponto que eu passei a perceber, eu entrei em 2017. Quando eu entrei, a resistência era muito maior, muito, porque o time de profissionais, de psicologia e de serviço social, era muito pequeno. E qualquer tentativa que se fizesse nesse sentido, de perceber o que está por trás da infrequência, o que está por trás desse abandono, era assim, ah... Estão procurando trabalho, querem dar trabalho para nós. Esses meninos não fazem nada, né, filho? Só tem que estudar mesmo, se eles não vêm, porque são preguiçosos. Então, por aí o assunto morria. E quando a gente começou a ficar, né, cri-cri ali. Mas bora saber mesmo por que desistiu, por que não voltou, será que a gente não pode dar uma chance, será que a escola não pode ter uma outra estratégia para receber esse aluno. Então, assim, a gente passou por um momento bem difícil, eu acho, até assim, até 2019, ali antes da pandemia. Assim, psicólogos e assistentes sociais se desgastaram muito, porque toda a reunião que a gente estava, seja na escola, na coordenadoria ou mesmo na sede, a gente puxava essa pauta. E também a questão das mães adolescentes, que era uma coisa que mexia muito com todas nós, porque nós temos pouquíssimos psicólogos. As coordenadorias, têm coordenadoria que só são mulheres, então, o nosso olhar para o feminino, ele é diferente. É um olhar mesmo de cuidado, mas também de dizer assim, ei, nós temos direitos, nós estamos aqui, nós queremos estar aqui, nós queremos que outras mulheres tenham condições para chegar onde elas quiserem. Essa nossa fala, ela incomodou muito. Quando eu entrei, as lideranças, a maioria eram masculinas, desde diretor até cargos mais altos na sede. E a nossa fala incomodava muito. Hoje não, a gente consegue ver uma transformação, muitas mulheres diretoras, muitas mulheres gerentes, diretoras de departamento dentro da sede, hoje todas as secretárias são mulheres, aliás, tem um homem agora, mas ele não apita muita coisa não. Então assim, o olhar delas é de igual para igual. Hoje eu consigo, por exemplo, conversar com uma secretária pedagógica, ou a própria secretária de educação do estado. Trazer um ponto de vista, e ouvir “minha filha, eu sei o que é isso, porque eu sou mãe, eu sei o que é você ter criança em casa, siga nesse projeto, escreva, minha filha, traga aqui que a gente vai resolver”. É diferente de eu ter que contar pro secretário homem, porque eles ouviam e ficavam assim com uma cara que eu não entendia. Então, eu acho que assim, a mulher estar nesse espaço de educação, hoje, é muito importante, porque não é mais aquele olhar assim, “ah, é magistério, é coisa pra mulher”. Não. Hoje é assim, gestão de política pública é coisa de mulher também. E todo canto que eu vou, eu faço questão de dizer, eu estou sempre nas faculdades de serviço social, sendo chamada para alguma coisa, e eu digo para elas, “gente, não vamos ter medo da gestão,

porque se você não se colocar como mulher, como assistente social, defendendo o direito de outras mulheres, ninguém vai fazer isso por você”. Então a gente tem que lutar junto, do pouco que você puder, já vai ser muito para todas nós.

Neste ponto abordado por ela é notável a transformação no ambiente de trabalho na Seduc-AM, onde, inicialmente, havia uma predominância masculina em cargos de liderança. A presença crescente de mulheres em posições de poder, como coordenadoras, diretoras e secretárias, mudou a dinâmica, trazendo um olhar mais atento à gestão de políticas de gênero. Ela ressalta a importância de as mulheres ocuparem esses espaços e defende que elas não devem ter medo da gestão, pois é essencial que se coloquem como defensoras dos direitos de outras mulheres.

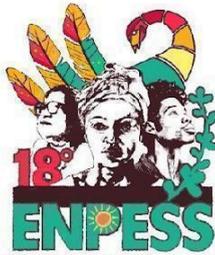
Considerações finais

O relato de experiência evidencia que as políticas de controle de abandono escolar implementadas pela Seduc-AM, apesar de necessárias e inovadoras em alguns aspectos, ainda enfrentam barreiras significativas que limitam sua eficácia. A análise das práticas cotidianas na Seduc-AM revela que, para além das dificuldades operacionais, existe uma necessidade urgente de incorporar um olhar mais atento às questões de gênero e vulnerabilidades sociais nas políticas educacionais.

A experiência relatada pela assistente social da Seduc-AM evidencia um esforço contínuo para combater o abandono escolar, especialmente através de programas como o Projeto Permanecer e o Busca Ativa Escolar. No entanto, o relato revela uma série de desafios que vão além da simples execução técnica das políticas. A análise das práticas implementadas mostra como as desigualdades sociais e de gênero se manifestam no cotidiano escolar, afetando diretamente a permanência dos estudantes na escola.

Um dos pontos críticos levantados na entrevista é a falta de uma abordagem mais integrada e sensível às especificidades de gênero nas políticas educacionais. A assistente social destacou que as jovens mulheres enfrentam desafios particulares, como gravidez precoce, violência doméstica e pressões sociais para abandonar os estudos.

Outro aspecto relevante é a forma como as equipes multidisciplinares, compostas por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos e técnicos de apoio à educação, atuam nas intervenções diretas com alunos e suas famílias. As dificuldades relatadas incluem a necessidade de sensibilizar professores e gestores sobre a importância de acolher estudantes em situação de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vulnerabilidade, o que nem sempre é visto como prioridade pelas instituições escolares. Essa resistência institucional reflete, em parte, a cultura escolar que tende a invisibilizar questões de gênero, como o impacto da gravidez e da violência nas trajetórias escolares das meninas.

As vivências da assistente social revelam que, para além de indicadores quantitativos, é fundamental considerar as dimensões qualitativas das políticas de abandono escolar. Questões como saúde mental, violência de gênero e precariedade socioeconômica impactam diretamente a frequência e a permanência dos alunos, exigindo uma abordagem mais holística e integrada que vá além da simples contabilização de presenças e faltas. Este relato pretende contribuir para o debate sobre a política educacional no Brasil. Ao evidenciar as práticas e desafios enfrentados pela Seduc-AM, espero inspirar novas abordagens que fortaleçam o combate ao abandono escolar com uma perspectiva mais inclusiva e sensível às questões de gênero.

Referência

AMAZONAS. Plano Estadual de Educação do Amazonas: PEE-AM 2015-2025. Amazonas: Manaus, 2015.

Instuto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Brasília, 2015.

PLAN INTERNATIONAL. Relatório Por ser menina no Brasil. Brasília, 2021.